

SUMÁRIO

Prefácio – Roque Antonio Carrazza.....	13
Apresentação	19
Capítulo I - A norma jurídica tributária	25
1.1. O objeto da Ciência do Direito	25
1.2. Conceito de norma jurídica.....	32
1.3. A hipótese e o fato.....	36
1.4. O fenômeno da subsunção	41
1.5. A norma tributária e a equivocada autonomia do direito tributário.....	42
Capítulo II A estrutura da norma tributária	45
2.1. Introdução	45
2.2. A norma jurídica e a criação do tributo.....	49
2.3. O antecedente e o conseqüente normativos	50
2.4. A composição do antecedente da norma jurídica tributária.....	55
2.5. A composição do conseqüente da norma tributária.....	60
Capítulo III - Obrigação tributária	63
3.1. Obrigação.....	63
3.2. Obrigações jurídicas.....	63
3.3. Obrigações tributárias	68
3.4. Obrigações principal e acessória	72
3.4.1 Obrigação principal	73
3.4.2 O pagamento de penalidade pecuniária	76
3.4.3 Obrigação acessória	77
3.4.4 A expressão “obrigação acessória”	81
Capítulo IV - Os princípios constitucionais e as isenções tributárias	85
4.1. Validade da norma jurídica	85
4.1. Os princípios constitucionais e as isenções tributárias	88

4.1.1. O princípio da anterioridade e as isenções tributárias ..	90
4.1.2. O princípio da isonomia e as isenções tributárias	92
4.1.3. O princípio da capacidade contributiva e as isenções tributárias	94
4.1.4. O princípio da não-cumulatividade e as isenções tributárias	96
4.1.5. O princípio da uniformidade geográfica e as isenções tributárias	99

Capítulo V - A hipótese da norma jurídica e as isenções tributárias

isenções tributárias	101
5.1. Estrutura da norma jurídica e as isenções	101
5.2. Critérios da hipótese da norma tributária e as isenções ..	103
5.2.1. Critério material da norma tributária e as isenções ...	103
5.2.2. Critério temporal da norma tributária e as isenções ..	105
5.2.2.1. O fator tempo	106
5.2.2.2. Vigência e existência da norma isentante	108
5.2.2.3. Isenções transitórias e por tempo incerto.....	109
5.2.2.4. Isenções condicionais	112
5.2.2.5. Eficácia da norma jurídica de isenção.....	113
5.2.3. O critério espacial da norma de isenção	119
5.2.3.1. Os tratados internacionais e as isenções	120
5.2.3.2. Eficácia do decreto legislativo que ratifica o tratado internacional	123
5.2.3.3. Os tratados internacionais e as isenções heterônomas	125
5.2.3.4. Isenções instituídas pelos Estados e Distrito Federal	129
5.2.3.5. Isenções instituídas por lei complementar	133

Capítulo VI - O conseqüente da norma jurídica e as isenções tributárias

isenções tributárias	137
6.1. O critério pessoal das isenções tributárias	137
6.2. Competência constitucional para criar e isentar tributos.....	139
6.3. Isenções subjetivas e objetivas	140
6.3.1. Isenções subjetivas.....	141
6.3.2. Isenções objetivas	142

6.4. Critério quantitativo da norma jurídica e as isenções tributárias.....	143
6.4.1. Base de cálculo	143
6.4.2. Alíquota.....	144
6.4.3. Isenções parciais e totais.....	144
Capítulo VII - Teorias sobre as isenções tributárias.....	147
7.1. Considerações preliminares	147
7.2. Isenção como dispensa do pagamento do tributo devido	147
7.3. Isenção como favor legal	149
7.4. A teoria de Alfredo Augusto Becker	149
7.5. A teoria de José Souto Maior Borges.....	152
7.6. A teoria de Sacha Calmon Navarro Coelho	153
7.7. A teoria de Paulo de Barros Carvalho.....	154
7.8. Nossa posição diante das teorias apresentadas	156
VIII - Conclusões.....	163
IX - Bibliografia.....	171